

DESCONSTRUÍDO A HETERONORMATIVIDADE E A VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE EM FAVOR DA LIBERDADE

Victor Hugo de Oliveira Pinto

Universidade Federal Fluminense

Victor.gotico@bol.com.br (Mestrando em educação)

Resumo: Quando pensamos em desconstrução de heteronormatividade, pensamos também na desconstrução do modelo paradigmático de uma ordem biológica previamente estabelecida e também na desconstrução da ideia de naturalidade da relação heterossexual e de “anormalidade” da relação homossexual, visto que o sentido de “anormal” se encaixa no que está fora da norma, logo, é necessário questionar essa norma. Também é necessário ressaltar que vivemos em um modelo paradigmático heteronormativo que conflita com uma questão natural, a diversidade humana, desse modo, o presente artigo tem como objetivo mostrar esse conflito e uma alternativa para superar os preconceitos legitimados por essa concepção de mundo e de relações de gênero.

Palavras chave: Desconstrução, heteronormatividade, diversidade, liberdade, superação.

INTRODUÇÃO

Na medida em que buscamos entender a questão do preconceito homofóbico, se torna necessário compreender as origens desse preconceito e o modelo de sociedade na qual ele se desenvolveu. O presente artigo objetiva realizar uma análise de como o preconceito homofóbico é um desdobramento do preconceito de gênero e como esse mesmo preconceito está alicerçado por uma moral patriarcal e uma sexualidade já previamente concebida a partir dessa mesma. E dessa maneira visa mostrar que as falas heterossexistas são um produto cultural dessa mentalidade e que, por sua vez, essa mentalidade heteronormativa com papéis definidos também se constitui como um elemento cultural.

Na medida em que se discute a superação paradigmática como um elemento cultural, esse trabalho pode se adequar as perspectivas do Grupo de trabalho relativo a gênero, sexualidade e produção de conhecimento. (GT-7). Ao percebermos a natureza em seus diversos aspectos, percebemos o quanto é diversificada, com nuances, gradações, intermediações e etc. Seria diferente com as relações humanas? Já que pelo fato de sermos produtos da natureza não refletimos essa diversidade nas nossas relações? A resposta é positiva, entretanto, existe uma moral que coíbe e cerceia essa diversidade na mentalidade humana a partir da construção de toda uma cultura permeada por valores e normas muito bem definidos e previamente estabelecidos, valores esses que se sedimentaram durante o percurso histórico e que vem sendo reproduzido ao invés de problematizado e relativizado.

Por último, cabe considerar o que é a construção da moral, bem como a construção da própria cultura a partir da ideia de moral e suas normatizações por ela definidas, são resultados de um processo histórico e cultural que define o que é moralmente aceitável e reprovável. A partir dessa premissa, podemos compreender as circunstâncias de determinadas culturas aceitarem a homossexualidade e outras não, trata-se da construção cultural da sociedade que leva a legitimação de preconceitos ou à problematização desses mesmos. O intuito da organização desse artigo parte do pressuposto de que se o preconceito e as rejeições cada vez mais ascendentes na sociedade contra a diversidade sexual partem de uma perspectiva de construção cultural; na medida em que se expõem outras perspectivas sociais e culturais que possuem maior aceitabilidade em relação ao assunto, pode-se ter uma base para superar tal discriminação, já que todo preconceito surge de concepções limitadas sobre um assunto, logo, na medida em que se expande tamanha visão, pode-se superar esse preconceito.

METODOLOGIA: O caráter político da divisão de gênero, da moral instituída e a percepção da natureza para além da moral verticalmente cristalizada.

O respectivo trabalho parte de uma abordagem multicultural sobre o tema de modo a oferecer perspectivas diversas sobre esse assunto para que, a partir de uma concepção mais abrangente e não restrita a uma unilateralidade sobre o assunto. A razão que muitas vezes serve como alicerce para a manutenção de preconceitos está justamente no fato de se estabelecer, com pouca discussão e visão crítica, uma visão limitada, unilateral e sem nenhum debate sobre o assunto. Além dessa questão, é necessário levar em consideração o próprio sentido da palavra “moral” que, por sua vez, se trata de uma série de normas, regras e princípios históricos que são variáveis e regem o homem. Ao invés de moral, que tende a uma parcialidade na interpretação da concretude dos fatos; é mais viável optar pela ética que, por sua vez possui um sentido mais universal.

O presente artigo aborda as questões de gênero e as perspectivas da divisão do papel social a partir da sua construção ao longo do percurso histórico. Além desse elemento cabe ressaltar que a construção da heteronormatividade e discursos heterossexistas como uma construção social e política que regula a identidade a partir de uma moral previamente estabelecida. A partir desse elemento podemos problematizar e relativizar a heteronormatividade e os discursos moralistas advindos dessa mesma ideia a partir da diversidade cultural e a diversidade de tratamentos dados a esse assunto. Por último é

necessário relevar também o aspecto referente ao caráter fluido da sexualidade na contemporaneidade e as perspectivas de problematização dos discursos heteronormativos.

A partir de uma exposição das questões referentes à própria construção da homossexualidade e da própria diversidade existente na natureza, esse texto recorre ao homem como fruto dessa mesma natureza tão diversificada, portanto, sendo diverso e múltiplo nas suas expressividades, comportamentos, concepções de mundo e maneiras de se relacionar e se afetar pelo outro. Dessa maneira, o homem não está dissociado do meio em que se situa, reproduzindo os valores do meio em que se encontra; também não está dissociado do caráter diverso da natureza. Entretanto existe um conflito entre a diversidade humana que é inerente ao seu aspecto existencial, e a cultura previamente estabelecida. O objetivo do texto é elucidar esse conflito e mostrar soluções e alternativas que contribua para a superação desse conflito.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: A construção da normatização, seu viés cultural, ideológico e a sua desconstrução pela percepção multicultural.

Quando buscamos falar sobre a diversidade sexual, falamos sobre um dos variados aspectos da existência da humanidade e da vida em si. Entretanto, a sexualidade sempre foi reservada ao campo da intimidade, Segundo Lopes (2008), Apesar desse tema estar presente no cotidiano e na vida social nas suas mais variadas manifestações, o tema continua sendo excluído da escola na medida em que é encarado com ressalvas, portanto, fica em evidência que

[...] “Ainda que o tema das sexualidades seja cada vez mais debatido fora da escola (na mídia, por exemplo), tal questão ainda é, em geral, um tabu em sala de aula, pelo menos nos discursos legitimados pelos/as professores/as. Estes frequentemente colocam a sexualidade no reino da vida privada, anulando suas percepções e consequências sociopolíticas e culturais ao compreendê-la como uma problemática individual. Em tais discursos, os corpos na escola não têm desejo, não se vinculam a prazeres eróticos e, na verdade, não existem como forças constitutivas de quem somos nas práticas sociais.” [...] (p. 125)

Esse fator ocorre porque vivemos em uma sociedade heteronormativa, e a escola, como uma superestrutura que é alicerçada nos valores que constituem a sociedade, acaba por reproduzir a heteronormatividade nas práticas pedagógicas. O fato de existir a anulação de uma fala, implica na manutenção de outra, em outras palavras, o fato de existir a ausência do debate sobre a diversidade e a pluralidade implica na manutenção de uma homogeneidade e uniformização de determinadas condutas e padrões de inserção e de exclusão. Entretanto, na medida em que se anula esse debate, se abre brechas para essa manutenção de padrões

excludentes continuarem incontestes e quando se faz um debate sobre a inclusão, se faz pela ótica da exclusão ou a partir de falas como “tolerância” ou “visibilidade”, mas não pelo campo do respeito e do direito. A escola ocupa um papel fundamental na questão do respeito à diversidade e para isso se torna fundamental trabalhar a questão da identidade que, segundo Souza (2012) é a partir da identidade que reconhecemos a nossa diferença, é por esse motivo que o diálogo e educar para o respeito pelas diferenças se faz fundamental.

[...] “De maneira geral, considera-se identidade como referencial para a diferença, o que demonstra a tendência prevalente de tomar aquilo que se é como norma, como ponto de partida para definir o outro. discutindo esta bipolarização, Silva (2000) afirma que numa visão mais radical, seria possível dizer que é a diferença que vem em primeiro, sendo para isso necessário “considerar a diferença não simplesmente como resultado de um processo, mas como processo mesmo pelo qual tanto a identidade quanto a diferença são produzidas”. Identidade e diferença, portanto não existem apartadas, sendo mutuamente determinadas complementares e inseparáveis. Sua lógica constitutiva está condicionada pelo jogo dos opostos.” [...] (p. 19)

Portanto, a identidade é construída pela dialética entre o que se é e o que se percebe, entretanto, o respeito parte do respeito direto ao que o outro é e se constitui e sem julgá-lo a partir de si e do que percebe. O elemento que se constitui como ponto de partida do respeito à diferença é compreender que a heterossexualidade é uma das variações da sexualidade humana assim como a homossexualidade, a bissexualidade e demais sexualidades. O que existe é uma formação de uma sociedade que reproduz esses padrões heteronormativos em seus diversos aspectos, pois da mesma maneira que a questão da diversidade sexual estar sendo debatida, todavia a sociedade permanece reproduzindo os discursos heteronormativos na medida em que “a diferença normalmente é marcada e sustentada pela exclusão e marcada por meio de símbolos.” (*ibidem*) e também por conta de toda uma cristalização de valores homogeneizantes que se sedimentaram e se conformaram na sociedade condicionando-a, por sua vez, a esse modelo do que é aceitável ou não aceitável e a sexualidade está incluída nesse paradigma.

Em lugar da heteronormatividade, ganha corpo a discussão da diversidade sendo inerente à condição humana, pois somos produtos de uma existência diversificada e múltipla e retratamos essa diversidade nas nossas mais variadas manifestações culturais, religiosas, filosóficas, artísticas, linguísticas e, também, nas relações e na sexualidade. A partir dessa noção, percebemos que a sexualidade não é exclusivamente uma característica biológica, mas, também social, cultural e que é disciplinada a partir de criações, discursos e de toda uma arquitetura moral que realiza um processo de seleção não só dos padrões de aceitação em uma sociedade com os seus códigos previamente instituídos como também de comportamentos,

identidades e normatividades a serem assimilados por esses mesmos códigos constituídos e sedimentados historicamente e legitimados pelas suas superestruturas. Cabe discutir, portanto, o caráter da estrutura dessa arquitetura que realiza esse processo de seleção, e percebemos o seu caráter a partir das opções demarcadas pelo que é ou não é aceito e normatizado por essa estrutura. Essa seleção é responsável pela disciplinarização a partir da padronização e normatização da sexualidade.

A sociedade contemporânea é marcada pela fluidez dos paradigmas até então solidificados historicamente; diante dessa conjuntura existem correntes ideológicas que buscam contribuir para o processo de superação dos modelos paradigmáticos e outras que anseiam conservar esses modelos. É essa disputa ideológica que formam os discursos sobre a sexualidade, de acordo com as suas tendências, e, a partir desses mesmos discursos, visam formatar a sexualidade a partir das suas concepções, é isso que conhecemos como sexismo. A partir dessa discussão alguns caminhos são delineados na discussão sobre a sexualidade. O primeiro deles tange ao fator da sexualidade como um fato antropológico e social, Corraze (s/d), são as reações a esse fenômeno que diferenciam a cultura a partir do comportamento em relação a esse tema, pois

[...] “A presença da homossexualidade verifica-se numa imensidão de culturas, ao ponto da existência de relações sexuais entre homens ou entre mulheres ter de se considerar como um fato antropológico. A sua presença descobre-se desde que a investigação se dê a esse trabalho, como fez, por exemplo, o historiador J. Boswell (1980) relativamente aos primeiros catorze séculos da era cristã. São as reações a esse fenômeno que, à primeira vista, diferenciam as culturas (cf. Greenberg, 1988), sendo embora muito possível que a frequência da suas manifestações evidentes varie também e em larga medida segundo áreas culturais. Apesar de nem sempre ser possível estabelecer uma correlação entre a atitude da sociedade e a importância quantitativa da homossexualidade, não há dúvida de que a partir do momento em que ela se transforma numa instituição ou que representa um modelo social, tende a manifestar-se na média de um determinado grupo.”[...] (p. 23, 24)

A partir desse ponto de partida,, a heteronormatividade é um elemento cultural assim como a naturalização da heterossexualidade e a marginalização das outras orientações sexuais são também resultantes de um código já previamente estabelecido pelos valores que se sedimentaram durante o percurso histórico. A partir dessa constatação, podemos afirmar que a heteronormatividade pode ser relativizada a partir do momento em que entendemos que a normatividade sexual é fruto de uma construção de valores que, na contemporaneidade, são relativizados.

Na medida em que entendemos que essa construção normativa se trata de uma conceituação cultural que se solidificou e se construiu historicamente, passamos a compreender que o padrão heteronormativo e sexista é resultante de toda uma construção

social e histórica. A partir dessa premissa, entende-se também que essa mesma sociedade, a partir da normatização da sexualidade, da moral e conduta é responsável por condicionar os critérios e parâmetros para determinados tipos de trabalho e para a inserção no que é moralmente aceitável pelos códigos previamente estabelecidos pela moral que norteia e rege a cultura, a identidade e a identidade de uma determinada sociedade.

Os debates trazidos pela desconstrução dessas concepções binárias em relação a sexualidade é resultante de uma conceituação mais universal sobre as relações, a sexualidade está para além de concepções culturais, este intrinsecamente relacionada a subjetividade e a experiência dos indivíduos, apesar de reproduzir elementos sócio culturais no comportamento e no desejo, esses elementos não são condicionantes em uma sociedade fluida e com valores tão relativizados como a sociedade contemporânea. Com base na prerrogativa sociocultural da sexualidade, Katz (1996) aponta para um estudo que aponta para o entendimento de que os sexos não estão vinculados à sociedade que passa a ser um elemento fundamental para o fim das diferenças entre os sexos a partir da valorização à diversidade e o entendimento de que, assim como a natureza, a sexualidade também é diversificada. Esse novo ângulo de percepção abre condições para o fim das conceituações e formatações dos comportamentos e desejos bem como para a padronização do que é ou não é aceitável pelos sexismo que se constituíram até então. Logo

[...] “Se isso parece absurdamente utópico, a sociedade que Atkinson imagina é uma em que o sexo não mais serviria como critério principal para determinados tipos de trabalho – uma sociedade cega aos sexos agora imaginada tanto pelas feministas liberais como pelas radicais. Esse ideal também implica o fim da diferença heterossexual/homossexual, porque esses termos se baseiam, em parte, na distinção homem mulher. (Ela ainda *não* faz uma distinção entre *sexo* determinado biologicamente e *gênero* determinado socialmente). A desconstrução do sexo como uma categoria socialmente notável, reconhece Atkinson, seria uma mudança revolucionária. Ela admite que *a passagem da feminilidade para uma sociedade de indivíduos é difícil*. De igual modo, eu sugiro que a superação da divisão hetero/homo é igualmente difícil e também deve ser considerada.” [...] (p. 129)

A partir dessa exposição, considera-se a normatização da sexualidade como resultante da distinção de gênero socialmente constituída. Na medida em que essas conceituações são problematizadas e relativizadas e se passa a considerar a perceber o comportamento e a atitude bem como a maneira que as relações são construídas a partir das experiências de cada um, essas formatações e códigos hetero/homo passam a não existir mais. É nesse sentido que trabalha a teoria queer (em inglês significa esquisito). Trata-se das relações que não se enquadram e não se adequam aos paradoxos estabelecidos entre os diferentes códigos culturais e sociais que constituíram as normatizações das sexualidades e padrões de

comportamentos sexuais previamente estabelecidos pelos valores históricos que legitimaram a identidade de determinada cultura e sociedade.

Essa relativização não se dá à sexualidade, mas sim à normatização e às concepções binárias que excluem outros tipos de relação que, por sua vez não se enquadram em modelos. As relações sexuais simplesmente ocorrem independentemente de conceitos formulados, desse modo, entende-se que a sexualidade é muito mais vasta do que a conceituação de identidade de gênero e orientação sexual na medida em que existem comportamentos que ultrapassam as limitações desses modelos. Os preconceitos homofóbicos são variações da desigualdade hétero/homo, entretanto essa concepção ainda binária não leva em consideração a identidade de gênero socialmente constituída, segundo Loureiro (2015) a sexualidade é uma escala que implica em variações do gênero que, por sua vez, extrapolam os limites das concepções sexistas.

[...] “A primeira escala científica da sexualidade foi criada muito tempo depois pelo norte-americano Alfred Kinsey. Em 1948, ele publicou a escala Kinsey no livro *Comportamento Sexual do Macho Humano*. Ela varia de zero (exclusivamente heterossexual) a seis (totalmente homossexual). Além de revelar, com base em suas pesquisas, que 37% dos homens norte-americanos já haviam se relacionado com pessoas do mesmo sexo, Kinsey foi o primeiro a afirmar que todos podem ser mais ou menos heterossexuais. A revelação caiu como uma bomba na conservadora sociedade dos Estados Unidos da época. “Os homens não representam duas populações distintas, de héteros e de homossexuais”, escreveu Kinsey na conclusão do livro. “O mundo não é dividido em carneiros e cabras.” [...] (p. 41)

A partir desse fator, entendemos que a sexualidade é muito mais variada do que os códigos binários e que a aceitação ou exclusão da homossexualidade não é determinada por uma “natureza”, mas sim por questões políticas, culturais e sociais. A consideração que se faz é que até mesmo a divisão hétero/homo é resultante da divisão de gênero masculino/feminino, e os preconceitos homofóbicos também são resultantes dos mesmos preconceitos machistas que atingem as mulheres. A naturalização e a hegemonia da heterossexualidade e a sua aceitação como “natural” é, sobretudo um produto cultural e de ordens sociopolíticas instituídas a partir do culto aos valores masculinos e falocêntricos. Segundo Miskolci (2014), a teoria queer desmistifica a naturalização e a hegemonia dessa naturalização da heterossexualidade a partir do momento em que elucida a sexualidade como também sendo resultado de uma construção política e cultural, na medida em que a sexualidade se constitui como parte do sujeito e o sujeito se constitui como ser social, a sexualidade também é fruto dessa mesma conjuntura social.

[...] “As ciências humanas, desde fins do século XIX, delimitaram o social e o psíquico como sinônimos de heterossexualidade, no fundo, uma ordem política e social fundada no desejo masculino

voltado para a reprodução. Dentro desse círculo mágico sob o controle masculino e heterossexual formas de desigualdade de gênero foram – no máximo – abordadas como questões minoritárias, leia-se secundárias e apenas solucionáveis sob a ótica dominante. A teoria *queer*, bebendo nas fontes feministas, gays e lésbicas mais radicais da década de 1970 e 1980, desafiou essa ontologia do social trazendo ao discurso seus limites e interesses. Primeiro, pela já conhecida crítica ao fato de que o tabu do incesto mascara a proibição histórica da homossexualidade desde o século XIX criando uma espécie de mito originário da cultura que torna a heterossexualidade inquestionável. Na perspectiva *queer*, a heterossexualidade não é natural, tampouco seu domínio desprovido de relações de poder. Elementos teóricos e conceituais adequados permitem que elas sejam objeto de análise crítica. A sociedade ou a cultura como as conhecemos delimitaram os limites do pensável, mas como observou Judith Butler em *Problemas de gênero*, o impensável não está fora da cultura, antes dentro dela, apenas de forma dominada. É possível pensar de forma insurgente pelas bordas do social, na região que foi propositalmente foracluída dele e, muitas vezes relegada ao reino do abjeto.” [...] (p. 34, 35)

Na medida em que a concepção de orientação de gênero e as sexualidades são entendidas como construções sociais, superando as argumentações biologizantes sobre o assunto, e levando, também, em consideração as formações sociais e culturais que marcam as subjetividades. Dessa maneira o paradigma a ser colocado não é mais o natural, mas sim paradigma cultural e social na construção das normatizações da sexualidade. A partir dessa premissa pode ser constatado que a superação dessa normatização binária e sexista se dá na medida em que se entende a sexualidade como um elemento vinculado a singularidade dos corpos, dos desejos e subjetividades inerentes à sua constituição; essa nova ótica de pensar a sexualidade se transforma em uma ferramenta política para a desconstrução das normatividades sexuais instituídas pela moral sexual sedimentada e cristalizada na sociedade. Desconstruir esses condicionamentos, que se consolidaram ao longo de séculos e que legitimaram e justificaram as desigualdades entre os sexos, exige uma tarefa mais profunda que é justamente problematizar os próprios juízos morais que foram impostos aos comportamentos e classificaram a sexualidade em categorias de maior ou menor valor.

CONCLUSÃO

Ao analisarmos a estruturação dos discursos normativos, percebemos que toda normatividade possui um norteamto ideológico, de igual maneira ocorre correlação a heteronormatividade. A ideologia dessas institucionalizações da normatização sexual tem um caráter ideológico muito bem definido: o controle da sociedade e da dinâmica das relações sociais através do controle dos corpos, das subjetividades e das experiências individuais através da égide de uma padronização do que é aceitável moralmente pelas normatizações instituídas.

A heteronormatividade reprodutiva serviu a todo um aparato de controle e manutenção da mão de obra, bem como de controle do crescimento populacional. E os instrumentos

utilizados para legitimar esse controle repressivo sobre os corpos, que são domesticados por essa moral reprodutiva e sexista, constituem os instrumentos morais, educativos, bem como as normas de conduta de uma sexualidade aceitável e outra não aceitável. O elemento cultural para manter esse controle foi fundamental para justificar as estratégias de manutenção da hegemonia da heterossexualidade. Em muitas vezes os discursos conservadores, moralistas e homofóbicos são resultantes dessas estratégias e controle, assim como os princípios da “família tradicional”(desconsiderando outras tradições de família) também constituem elementos formadores e enquadreadores das personalidades dentro de um código previamente formatado e ordenado a ser seguido, e os elementos destoantes são simplesmente marginalizados e excluídos e na desconsideração desses elementos diferentes das normas instituídas (anormais) são jogados a todo tipo de represálias e estratégias de higienização tais como as políticas de eugenia, de segregação por orientação sexual, de extermínio da pobreza e assim por diante. Na medida em que o elemento cultural e social é trazido para o debate, a reflexão contra a normatização torna-se uma questão política sobre os aspectos desse domínio e da hegemonia da lógica sexista, e torna-se um elemento de denúncia contra a estratégia de controle da singularidade dos corpos por parte do capitalismo.

A partir da premissa antropológica sobre o tema, também podemos concluir que quando outras formações culturais existem para além dos valores hegemônicos historicamente sedimentados, cristalizados e condicionados nas subjetividades que compõem o todo social, estamos, também afirmando que existem outras alternativas sociais e políticas que podem vir a se constituir como a base concreta para a formação e novos valores que possam contribuir para a construção de novos princípios éticos e morais e que venham, por sua vez, a considerar o indivíduo na sua trajetória ao invés de sua adequação ou inadequação à um modelo paradigmático. Dessa maneira, a subjetividade passa a ser valorizada, e a diferença não é um instrumento para justificar a desigualdade, mas sim para buscar a inclusão e o mútuo aprendizado a partir dessa inclusão e do respeito as diferenças. A partir dessa fator dialógico, entendemos que cada sujeito é construtor de narrativas que, não só operam no campo da linguística como também no campo corporal.

É também perceptível que essa nova perspectiva abre caminhos e sugestões para a livre experiência e as diversas possibilidades do ser, visto que a natureza, e nós somos produto dela, é diversa e múltipla nas suas diversas manifestações, nas mais variadas maneiras de existir. Não seria diferente em relação aos seres humanos, que também são múltiplos nas suas

mais variadas maneiras de se expressar, nas suas mais diversas culturas e, também maneiras de se relacionar. Essa nova concepção é uma superação não apenas das normatizações até então existentes, mas do próprio conceito de modelo.

REFERÊNCIAS

CORRAZE, Jacques, **A homossexualidade**, Rés editora, Portugal, S/D

KATZ, Jonathan Ned, **A invenção da heterossexualidade**, Tradução de Clara Fernandes, Editora Ediouro, Rio de Janeiro, RJ, 1996

LOPES, Luiz Paulo Moita, **Sexualidades em sala de aula: discurso, desejo e teoria queer**, in CANDAU, Vera Maria, MOREIRA, Antonio Flávio (Orgs.), **Multiculturalismo, diferenças culturais e práticas pedagógicas**, Editora Vozes, Petrópolis, RJ, 2008

LOUREIRO, Gabriela, **Sexo não binário**, Artigo escrito para a revista Galileu, Nº 282, Rio de Janeiro RJ, 2015

MISKOLCI, Richard, **Crítica à hegemonia heterossexual**, Artigo escrito para a revista Cult, Nº 193, ano 17, agosto de 2014

SOUZA, Carla Monteiro, **Pensando a identidade e a diferença**, in FREITAS, Déborah de B. A. P. (Orgs.), **O múltiplo em construção, questões de linguagem e identidade**, Editora UFRR, Boa Vista, RR, 2012